

CNPJ: 18.148.649/0001-10

**AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ART.75, INCISO II DA LEI Nº
14.133/2021**

**DISPENSA Nº019/2025
(Processo Administrativo Nº 039/2025)**

Torna-se público que a Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Social -SEMTDES, em conformidade com o ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021 torna público aos interessados que a Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Social- SEMTDES pretende realizar Dispensa de licitação com julgamento MENOR PREÇO, podendo eventuais interessados apresentarem as propostas conforme o Anexo II, juntamente com a documentação exigida no item 14.3, no prazo de **3 (três) dias úteis**, a contar desta publicação no Diário Oficial dos Municípios e Portal da Transparência da Prefeitura de Belterra, sendo que as propostas de preços e documentos de habilitação deverão ser encaminhados para o endereço eletrônico: semtdes@belterra.pa.gov.br até a data limite de 30 de Setembro de 2025, bem como podendo ser protocolado na sede da Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Social-SEMTDES, localizada na Vila Americana,S/N, Bairro centro, Município de Belterra/Pa, **no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:00 às 17:00h fazendo referência a DISPENSA Nº 019/2025** oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa, com critério de julgamento **MENOR PREÇO** objetivando obter a melhor proposta. Link do edital:

https://belterra.pa.gov.br/pesquisarPublicacao.php?titulo=Proposta%20Vantajosa%20-%20SEMTDES&modulo=proposta_semtdeps&ano=2025&pesquisar=

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA FABRICAÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL E SETORES VINCULADOS pretendendo realizar cotação de preços, podendo eventuais interessados apresentarem as propostas no prazo de 3(três) dias úteis, a contar desta publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa de acordo com os seguintes requisitos:

- **DO PREÇO:** No preço cotado deverá estar inclusa as despesas legais do objeto, bem ainda, deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos. Somente será aceito preço cotado em moeda nacional, ou seja, em Real (R\$), em algarismos arábicos e por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência.

- **Da Forma de Pagamento:** O Pagamento será feito à contratada no prazo de até 30 (Trinta) dias úteis, recebimento dos serviços/produtos, mediante nota fiscal, certidões de regularidade fiscal/ tributária, e devidamente atestada pela unidade requisitante, e liberação pelo Controle Interno.

-**DA VIGÊNCIA:** O prazo de vigência do contrato será de 90 (noventa) dias, a contar de sua assinatura.

Belterra/PA, 24 de setembro de 2025.

HERICA SANTOS
BECHARA:75935
953234

Assinado de forma digital por HERICA SANTOS
BECHARA:75935953234
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e CPF
A3, ou=(EM BRANCO), ou=31014048000182,
ou=videoconferencia, cn=HERICA SANTOS
BECHARA:75935953234
Dados: 2025.09.24 15:52:01 -03'00'

HERICA SANTOS BECHARA

Secretária Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Social
Decreto nº004/2025

EDITAL DE DISPENSA

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 039/2025 COM BASE NO ART. Nº 75, INC. II
DA LEI 14. 133/2021**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BELTERRA, por intermédio da Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Social -SEMTDES, torna público que realizará Dispensa de licitação, com critério julgamento de menor preço por item, nos termos do art. 75, II da Lei 14.133/2021, bem como as exigências estabelecidas neste edital, conforme critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO:	30/09/2025 às 17:00 horas
REFERÊNCIAS DE HORÁRIO:	Horário de Brasília
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO:	semtdes@belterra.pa.gov.br
LINK DO EDITAL:	https://belterra.pa.gov.br/pesquisarPublicacao.php?titulo=Proposta%20Vantajosa%20-%20SEMTDES&modulo=proposta_semteps&ano=2025&pesquisar=

1. OBJETO:

Constitui o objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA FABRICAÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL E SETORES VINCULADOS**

Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos:

- ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;
- ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA;
- ANEXO III – DECLARAÇÕES.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento para exercício de 2025, na classificação abaixo:

* Unidade: 11.05 Secretaria Munic. de Trabalho e Desenvolvimento Social -SEMTDES

* Funcional: MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

* Cat. Econ.: 4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

2.2 – DO VALOR ESTIMADO:

O valor global estimado para contratação será de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

3. PERÍODO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE

HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO/COTAÇÃO

3.1 A presente ficará aberta por período de 3 (três) dias úteis, a partir da data de divulgação no Diário Oficial dos Municípios e Portal da Transparência da Prefeitura de Belterra, sendo que as propostas de preços e documentos de habilitação deverão ser encaminhados para o endereço eletrônico: semtdes@belterra.pa.gov.br devidamente assinados digitalmente ou podendo ser protocolado na sede da Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Social -SEMTDES, localizada na Vila Americana, S/N, Bairro centro, Município de **Belterra/Pa**, no **horário das 08:00h às 12:00h e das 13:00 às 17:00h**, fazendo referência a PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 039/2025 com todos os documentos assinados digitalmente. Limite para apresentação e entrega de proposta de preços: 26 de Setembro de 2025 às 17:00 horas.

4. Habilitação:

4.1. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Aviso de Contratação Direta, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

5.2. Habilitação Jurídica.

- a) no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência; e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- f) decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.
- g) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

5.3. Regularidade fiscal, social e trabalhista

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa,

nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

f) prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

g) caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

5.4. Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

b.1. As empresas criadas no exercício financeiro da dispensa deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

b.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

c) Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas. Devendo, no entanto, apresentá-lo devidamente assinado pelo Contador assumindo responsabilidade pelas informações contidas no balanço com o respectivo CRC.

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
SG = Ativo Total Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
LC = Ativo Circulante Passivo Circulante c.1.

As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar capital ou patrimônio líquido mínimo de 5%.(cinco por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

5.5. Qualificação Técnica

a) Comprovação de aptidão compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

a.1. Os atestados deverão referir-se aos bens/serviços fornecidos no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

a.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram fornecidos os bens.

b) Declaração do fornecedor atestando que conhece todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

e) A comprovação de vinculação do profissional detentor do acervo técnico, deverá atender aos

5.5.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

5.5.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

5.5.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

5.5.4.1.1. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

5.5.5. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.5.6. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do Cadastro de Fornecedores, nos documentos por ele abrangidos.

5.5.7. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do Cadastro de Fornecedores para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

5.5.8. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

5.5.9. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

5.5.10. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

5.5.11. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

5.5.13. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

5.5.14. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

5.5.15. Os documentos solicitados no item 5.3.b e 5.3.f deverão ser apresentados em nome da pessoa jurídica e de seus sócio(s)

5.5.16. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

6. DO PAGAMENTO

6.2.A Contratada deverá apresentar nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa, no prazo de até 30 (trinta) dias contados do adimplemento da obrigação, que será feito através de pagamento via transferência bancária exclusivo para este fim;

6.3. Para efeito de cada pagamento, a nota fiscal deverá estar acompanhada das certidões de regularidade;

6.4.A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL -SEMTDES, reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os serviços executados não estiverem em perfeitas condições de desempenho ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas;

6.5.O valor de cada item será estipulado nas propostas apresentadas;

6.6.O prazo a ser pago pelo objeto desse processo de DISPENSA será de até 30 (trinta) dias, após a entrega dos materiais do objeto desta licitação, sendo pago à adjudicatária nas condições estipuladas na minuta do contrato administrativo, entrega dos produtos e aceitação do objeto deste processo, se nenhuma irregularidade for constatada, acompanhados da Nota fiscal e recibo, com as respectivas notas de entrega e relatório do fornecimento dos itens solicitados;

6.7.A Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento social-SEMTDES terá o direito de descontar de fatura quaisquer débitos do licitante contratado, em consequência de penalidades aplicadas;

6.8.Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento;

7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

5.1. Poderá o Município revogar o presente Edital, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

5.2. O Município deverá anular o presente Edital, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

5.3. A anulação do procedimento, não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no parágrafo único do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.

5.4. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Município.

HERICA SANTOS

BECHARA:75935

953234

HERICA SANTOS BECHARA

Secretária Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Social

Decreto nº004/2025

Assinado de forma digital por HERICA SANTOS
BECHARA:75935953234
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF
A3, ou=(EM BRANCO), ou=31014048000182,
ou=videoconferencia, cn=HERICA SANTOS
BECHARA:75935953234
Dados: 2025.09.24 15:52:34 -03'00'

ANEXO I –

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA FABRICAÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL E SETORES VINCULADOS.

2. JUSTIFICATIVA

A presente justificativa tem como objetivo embasar a necessidade e a importância da aquisição de novos mobiliários para a cozinha do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), do Centro de Convivência do Idoso de Belterra, e setor administrativo da Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Social-SEMTDES. A renovação e a adequação desses espaços são fundamentais para garantir a qualidade, a segurança e a dignidade na oferta dos serviços socioassistenciais.

O CRAS é a porta de entrada para a política de assistência social, atuando diretamente com famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social. A cozinha do CRAS é um espaço essencial para a realização de diversas atividades, tais como oficinas de culinária e a preparação de alimentos para eventos e reuniões e o lanche dos usuários (público atendido através do Programa SCFV e PAIF)

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é um serviço essencial da Proteção Social Básica no Brasil, parte integrante do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Ele é oferecido em grupos e tem como principal objetivo prevenir situações de risco social, fortalecendo os laços familiares e comunitários.

O SCFV não é um benefício financeiro, mas sim um serviço de convívio e socialização. Ele se destina a:

- **Crianças e adolescentes** de 0 a 17 anos.
- **Adultos e idosos.**

O serviço busca oferecer um espaço seguro e acolhedor para que as pessoas possam se desenvolver e interagir. O acesso ao SCFV é feito, prioritariamente, através do **Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)**, que avalia a situação das famílias e encaminha os indivíduos que mais precisam do serviço.

Principais objetivos do SCFV:

- **Prevenção de riscos sociais:** Através de atividades em grupo, o serviço busca identificar e prevenir situações de vulnerabilidade, como o trabalho infantil, a negligência e a violência.

- **Fortalecimento de vínculos:** O SCFV promove a integração e a troca de experiências entre os participantes, o que ajuda a fortalecer as relações familiares e comunitárias.
- **Desenvolvimento de capacidades:** As atividades oferecidas estimulam a autonomia, a autoestima e a participação cidadã.

O SCFV organiza atividades em grupo, adaptadas às diferentes faixas etárias. As ações podem ser:

- **Artísticas e culturais:** Oficinas de música, dança e artes plásticas.
- **Esportivas e de lazer:** Jogos, práticas esportivas e atividades recreativas.
- **Educacionais:** Rodas de conversa, palestras e atividades que abordam temas como direitos humanos, saúde e meio ambiente.

O **Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)** é o principal serviço de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Sua finalidade é apoiar as famílias e prevenir a ruptura de seus laços, promovendo o seu fortalecimento e o acesso a direitos.

O PAIF é uma porta de entrada para a rede de assistência social e atua de forma preventiva. Ele se destina a todas as famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, especialmente aquelas que:

- Estão inscritas no Cadastro Único para programas sociais.
- São beneficiárias de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família.
- Têm algum membro da família com deficiência.
- São chefiadas por mulheres.
- Estão em situação de rua, entre outras.

Principais objetivos do PAIF

- **Acolhimento e Acompanhamento:** O serviço oferece um acolhimento inicial e um acompanhamento contínuo para as famílias, ajudando-as a identificar suas necessidades e potencialidades.
- **Promoção da autonomia:** O PAIF trabalha para que as famílias se tornem mais autônomas e capazes de superar os desafios por conta própria.
- **Prevenção de riscos:** Ao atuar de forma preventiva, o serviço busca evitar que as famílias enfrentem situações de maior risco e complexidade, como violência e abandono.
- **Acesso a direitos:** O PAIF auxilia as famílias a acessarem programas, serviços e benefícios sociais a que têm direito.

O PAIF é executado nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e conta com uma equipe técnica multiprofissional (assistentes sociais, psicólogos, educadores sociais, entre outros)

A aquisição de mobiliários adequados, como armários, bancadas, mesas e cadeiras, permitirá:

- **Ampliar a capacidade de atendimento:** Equipamentos modernos e funcionais possibilitam a realização de atividades em maior escala, atendendo mais pessoas e com maior eficiência.
- **Dignidade e conforto:** Um espaço bem equipado e organizado oferece um ambiente mais acolhedor e digno para as famílias e participantes.

O Centro de Convivência do Idoso de Belterra promove o envelhecimento ativo e saudável, oferecendo um espaço de socialização e de atividades recreativas, culturais e educacionais. A aquisição de mobiliários novos permitirá:

A aquisição de mobiliários para a cozinha do CRAS e do Centro de Convivência do Idoso de Belterra e setor administrativo da SEMTDES, não é apenas uma despesa, mas um investimento no bem-estar e na qualidade de vida da população mais vulnerável. Ao proporcionar ambientes mais seguros, dignos e funcionais, a Secretaria Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Social reafirma seu compromisso com a excelência na oferta de serviços públicos, promovendo a autonomia, a inclusão social e o desenvolvimento humano.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Em nosso sucinto entendimento vislumbramos a possibilidade do desencadeamento de Processo Administrativo de Dispensa de Licitação, com fulcro no Art.75, II da Lei 14.133/2021, contratação de empresa para fabricação de mobiliários. Tendo também o meio de julgamento o MENOR PREÇO, cujo enquadramento legal se amolda aos termos da Lei 14.133/2021.

Vejamos o que rege o Art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021:

Art. 75. É dispensável a licitação II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 62.725,59 (Sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco e cinquenta e nove), no caso de outros serviços e compras;

É assertiva, a iniciativa da SEMTDES em realizar o processo de dispensa de licitação, por encontrar amparo legal, conforme mencionado, para serviço de fabricação de mobiliários, para atender a SEMTDES e setores vinculados, este processo licitatório está devidamente fundamentado conforme as Leis vigentes.

DESCRIÇÕES E QUANTIDADES:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Mesa com o tampo de madeira e base de metalom medindo aproximadamente 3500 mm x 840mm.	UND	01	R\$	R\$
02	Cadeira de madeira para mesa de jantar (Tamanho padrão)	UND	10	R\$	R\$
03	Mesa confeccionada em MDF medindo aproximadamente 1990mm x 640mm com gaveteiro para escritorio.	UND	01	R\$	R\$
04	Armario de parede para cozinha medindo aproximadamente 2500mm x 700mm x 600mm com gavetas e portas confeccionado em MDF.	UND	02	R\$	R\$
05	Mesa cantinho do cafe confeccionada em MDF medindo aproximadamente 1200mm x 950mm.	UND	01	R\$	R\$
VALOR TOTAL R\$					

3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

3.1. Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a aquisição, inclusive as contribuições previdenciárias, fiscais, FGTS, PIS etc;

3.2. Manter durante toda vigência do contrato o fornecimento em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.3. Atender quando do fornecimento de gêneros alimentícios contratados todas as leis, posturas e regulamentos Federais, Estaduais e Municipais, relacionados com o fornecimento a ser entregue;

3.4. Efetuar a entrega dos produtos cotados no prazo máximo indicado na ordem de compra, contados da data de recebimento da mesma;

3.5. Efetuar o fornecimento de acordo com as especificações e demais condições estipuladas no presente documento;

3.6. Comunica à contratante, no prazo máximo de 01 (um) dia útil que antecede o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento; Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o material em que se verificar vício, defeito ou incorreção, no prazo de 2 (Dois dias), contados da notificação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

3.7. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à esta Administração Pública ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

3.8. Sujeitar-se à fiscalização da contratante quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados;

- 3.9. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite legalmente permitido;
- 3.10. Reportar à Secretaria Municipal em prazo máximo de 24h (vinte e quatro) horas, qualquer anormalidade erro ou irregularidades que possa comprometer o fornecimento contratado;
- 3.11. Cumprir os requisitos de garantia e suporte;
- 3.12. Cumprir as demais disposições contidas neste TR.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 4.1. Encaminhar formalmente a demanda de acordo com os critérios estabelecidos neste documento;
- 4.2. Receber o objeto fornecido pela contratada de acordo com as especificações descritas neste documento, rejeitando, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com o contratado;
- 4.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela empresa, de acordo como os termos deste documento;
- 4.4. Efetuar o pagamento nas condições e preço pactuado;
- 4.5. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;
- 4.6. Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeição, falha ou irregularidade verificada com o fornecimento do objeto contratado, para que seja reparada ou corrigida, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- 4.7. Disponibilizar todas as informações e documentos necessários à realização do fornecimento;
- 4.8. Fiscalizar a realização das entregas, através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato sendo que o não atendimento sujeitará a contratada as penalidades e/ou generalidades prevista em Lei.

5. DA FISCALIZAÇÃO

- 5.1. A fiscalização da execução do contrato será exercida por servidores designados através de Portaria devidamente publicada, ao qual competirá velar pela perfeita execução do objeto, em conformidade com o disposto neste projeto básico e na proposta da CONTRATADA.
- 5.2. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência a CONTRATADA, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.
- 5.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.
- 5.4. O contratante reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações deste Projeto Básico e da proposta da CONTRATADA.
- 5.5. Correrá por conta da contratada toda e qualquer despesa e encargos com pessoal e demais ocorrências, para a perfeita execução do objeto deste instrumento, caso se faça necessário.

6. DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 6.1 A Contratada deverá apresentar nota fiscal (emitida no CNPJ da

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL-SEMTDES. CNPJ: 18.148.649/0001-10 para liquidação e pagamento da despesa, no prazo de até 30 (trinta) dias contados do adimplemento da obrigação, que será feito através de pagamento via transferência bancária exclusivo para este fim;

6.2 Para efeito de cada pagamento, a nota fiscal deverá estar acompanhada das certidões de regularidade;

6.3 A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL-SEMTDES, reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os serviços executados não estiverem em perfeitas condições de desempenho ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas;

6.4 O valor de cada item será estipulado nas propostas apresentadas;

6.5 O prazo a ser pago pelo objeto desse processo de DISPENSA será de até 30 (trinta) dias, após a entrega dos produtos objeto desta licitação, sendo pago à adjudicatária nas condições estipuladas na minuta do contrato administrativo, entrega dos produtos e aceitação do objeto deste processo, se nenhuma irregularidade for constatada; acompanhados da Nota fiscal e recibo, com as respectivas notas de entrega e relatório do fornecimento dos itens solicitados;

6.6 A Secretaria Municipal de Administração e Governo terá o direito de descontar de fatura quaisquer débitos do licitante contratado, em consequência de penalidades aplicadas;

6.7 Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento;

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento para exercício de 2025, na classificação abaixo:

* Unidade: 11.05 Secretaria Munic. de Trabalho e Desenvolvimento Social - SEMTDES

* Funcional: MANUTENÇÃO DE OUTROS PROGRAMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

* Cat. Econ.: 4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

8. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

8.1 O contrato terá vigência a partir de sua assinatura até 12 (doze) meses, o qual não poderá ser prorrogado por condições estabelecidas pela Lei 14.133/2021.

9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 Serão estabelecidas as sanções aplicáveis à empresa contratada no caso da não execução na íntegra do objeto especificado conforme regras estabelecidas em instrumento contratual específico.

10. DOCUMENTAÇÃO REQUISITADA

A empresa deverá apresentar toda a documentação necessária à habilitação junto ao envio da proposta:

10.1 Habilitação Jurídica, Fiscal, Qualificação Econômico-Financeira e Técnico profissional:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - Cartão CNPJ.

b) Ato constitutivo/Contrato Social em vigor (Consolidado), devidamente registrado,

em se tratando de sociedades comerciais; exigindo-se, no caso de sociedade por ações, documentos de eleição de seus administradores; Estatuto Social devidamente registrado acompanhado a última ata de eleição de seus dirigentes devidamente registrados em se tratando de sociedades civis com ou sem fins lucrativos. Quando se tratar de empresa pública será apresentado cópia das leis que a instituiu; Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – MEI;

c) Regularidade para com a Fazenda Federal - Certidão Conjunta Negativa De Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

d) Certidão Regularidade junto à Secretaria de Estado da Fazenda Pública Estadual;

e) Certidão Negativa de Débito do Município Sede da Empresa (CND Municipal);

f) Certidão Negativa de Débitos junto ao FGTS, se pessoa jurídica;

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

h) Cópia da Cédula de Identidade dos sócios da empresa ou dos representantes licitante (RG);

atender aos seguintes requisitos:

1) Sócio – contrato social ou estatuto social, devidamente registrado no órgão competente;

2) Diretor – cópia do contrato social em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;

m) **Comprovação de Cadastro no SICAF;**

n) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Em caso de Certidão Positiva de Falência com Efeito de Negativa, faz-se necessário que o documento mencione se o proponente já teve o plano de recuperação homologado em juízo e se está apto econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório.

o) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

p) Os balanços das sociedades por ações deverão ser apresentados com ata de aprovação pela assembleia geral ordinária, registrada na Junta Comercial.

q) Em se tratando de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, estas devem apresentar o balanço patrimonial, não restando a obrigação do registro na Junta Comercial do Estado da licitante. Devendo, no entanto, apresentá-lo devidamente assinado pelo Contador assumindo responsabilidade pelas informações contidas no balanço com o respectivo CRC.

r) A partir dos dados do balanço, deverão ser calculados os seguintes índices, como condição para a habilitação. ILC= Índice de liquidez corrente, com valor igual ou superior a 1,00;

ILG= Índice de liquidez geral, com valor igual ou superior a 1,00;

GE = Grau de endividamento, com valor igual ou menor a 1,00;

NDE: $ILC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$ $ILG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$ $GE = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$ ATIVO TOTAL .

OBSERVAÇÃO: Os índices acima deverão ser demonstrados pelo próprio licitante, em memória de cálculos assinada pelo contador responsável pelo balanço, para posterior verificação pela Comissão.

s) No caso de sua recém-constituição, poderá a licitante apresentar balanço de abertura, que comprove a boa situação financeira da empresa.

11. Proposta de Preço/Cotação:

11.1.A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II deste Edital.

11.2.As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital serão desconsideradas julgando- se pela desclassificação.

11.3.Os preços ofertados não poderão exceder os valores unitários, constantes neste Edital. Devendo obedecer ao valor estipulado pela administração.

12. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

a. Será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço global e unitários em relação ao estipulado para a contratação

b. Será desclassificada a proposta vencedora que:

c. Contiver vícios insanáveis;

d. Não obedecer ao disposto neste instrumento ou em seus anexos;

e. Apresentar preços manifestamente inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

f. Será considerada inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio proponente, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

13. CONCLUSÃO

a. Desta forma, entendendo estarem presentes todos os requisitos para a contratação pretendida, por meio de DISPENSA, submetemos esses esclarecimentos à autoridade superior para análise e deliberação.

Belterra, 24 de Setembro de 2025.

HERICA SANTOS
BECHARA:75935
953234

Assinado de forma digital por HERICA SANTOS
BECHARA:75935953234
DN: cn=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e CPF
A3, ou=(EM BRANCO), ou=31014048000182,
ou=videoconferencia, cn=HERICA SANTOS
BECHARA:75935953234
Dados: 2025.09.24 15:53:06 -03'00'

HERICA SANTOS BECHARA

Secretária Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Social

Decreto nº004/2025

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 039/2025-COM BASE NO O ART. Nº 75, INCISO II DA LEI 14.133/2021

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA FABRICAÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL E SETORES VINCULADOS.

PROPOSTA:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Mesa com o tampo de madeira e base de metalom medindo aproximadamente 3500 mm x 840mm.	UND	01	R\$	R\$
02	Cadeira de madeira para mesa de jantar (Tamanho padrão).	UND	10	R\$	R\$
03	Mesa confeccionada em MDF medindo aproximadamente 1990mm x 640mm com gaveteiro para escritorio.	UND	01	R\$	R\$
04	Armario de parede para cozinha medindo aproximadamente 2500mm x 700mm x 600mm com gavetas e portas confeccionado em MDF.	UND	02	R\$	R\$
05	Mesa cantinho do café confeccionada em MDF medindo aproximadamente 1200mm x 9500mm.	UND	01	R\$	R\$
VALOR TOTAL R\$					

Valor Global da Proposta:

Validade da Proposta: 90 dias;

Despesas inerentes a impostos, tributos, contratação de pessoal e outros, correrão totalmente por conta da Empresa contratada;

Declaro que concordo com todos os termos do Edital e Termo de Referência. Declaro

Razão social ou nome;

Nº do CNPJ ou CPF:

Endereço:

Apresentamos nossa proposta conforme o Item e preço, estabelecidos no Edital.

_____ de ____ de 2025

CARIMBO DA EMPRESA E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

Assinatura do responsável

**ANEXO III
DECLARAÇÕES**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 039/2025

Prezados Senhores, doravante denominado Licitante, para os fins disposto no item do Edital, DECLARA, sob as penas da lei, em especial ao art. 299 do Código Penal Brasileiro que:

- a) A proposta anexa foi elaborada de maneira independente, e que o conteúdo da referida proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do certame em referência, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentação da proposta, não foi informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente processo, por qualquer meio ou qualquer pessoa;
- c) Que não tentou por qualquer meio ou qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato, no que diz respeito a participação ou não no presente certame;
- d) Que o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente informado ou discutido com qualquer integrante da Equipe de Apoio, com representante ou funcionário da Secretaria Responsável pelo processo;
- e) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.
- f) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.
- g) Que não tenho parente em linha reta, colateral ou por afinidade até terceiro grau com servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

_____, ____ de ____ de 2025.

Assinatura do Representante Legal